

Grande reportagem

Concentração de terras

O BICHO-LATIFÚNDIO QUE COME AS TERRAS

E OS COLONOS DE SANTA CATARINA;

Valmeron Luiz De Bona

"Os minifúndios e os colonos estão morrendo em Santa Catarina."

(Moacir Loth - editor de agricultura - Jornal de Santa Catarina, 06/06/82)

"A intenção do governo, com sua política agrícola, é acabar com o minifúndio, com a pequena propriedade e transformar os médios proprietários -aqueles que sobreviverem - em empresas rurais. Quer dizer, é colocar uma classe média rural que vai servir para consumir os produtos industriais. E, ao mesmo tempo, liberar mão de obra do campo para a cidade. Em resumo, a intenção é formar um exército de reserva para o lucro capitalista."

(Pe. Ivo Oro, coordenador estadual da Comissão Pastoral da Terra)

"Não temos concentração de propriedades rurais em Santa Catarina."

(Esperidião Amin, governador eleito de SC. Jornal ZERO HORA, 28/01/83)

Serpentes no Paraíso

Junho de 1982. Um pequeno avião, ~~zabr~~ pertencente a uma empresa estatal, sobrevoa toda a região do Vale do Rio Tijucas e da Grande Florianópolis, compreendida entre o litoral e a Serra do Mar. No avião, além do piloto, estão dois tecnocratas do alto escalão do governo estadual. Missão do voô: mapear as terras devolutas da região para posterior partilha entre pessoas e empresas ligadas ao esquema de governo.

A missão, completamente alheia a rotina dos serviços prestados pela estatal administradora do avião, teria "vazado" e, de ouvido em ouvido, circulado pelos bastidores do Poder. Verdade? Ficção de setores oposicionistas, interessados em capitalizar votos? Dificilmente se comprovará qualquer coisa, pois tudo é muito opaco em se tratando da administração estadual. Porém, a informação dá uma clara idéia de como são tratadas as questões fundiárias em Santa Catarina: uma verdadeira terra do mais forte, em que quem pode mais concentra mais.

Novembro de 1982. A população de Tijucas tenta mobilizar-se. É proposto um abaixo-assinado a ser enviado ao Ministério da Agricultura. "Temos que exigir a doação do terreno para a Prefeitura. Essas terras tem que servir aos interesses dos habitantes de nossa cidade", exultava um dos iniciadores do movimento. O terreno que motivou a mobilização, é uma área de cerca de 75 hectares, completamente ociosa e que divide o perímetro urbano de Tijucas, estendendo-se até a divisa com Porto Belo - uma larga faixa de terras ermas decididamente valorizadas, pertencentes ao Ministério da Agricultura. Havia circulado pela cidade a informação de que o órgão teria doado a área, mediante o pagamento de uma quantia absolutamente simbólica, à empresa USATI (si-

nônimo de Poder na região). O "boato" era bastante completo e informa-
va, inclusive, o destino que a Usati daria ao imóvel: servir como usina
de produção de carvão vegetal para a Cerâmica Porto Belo, uma empresa d
do Grupo. Em outras palavras, instalar enormes fornos poluidores No cen-
tro de Tijucas. Seriam os resultados do misterioso vôo de junho?

"Não é verdade que as terras já foram doadas -garantia o
encarregado-chefe da Unidade Regional do M.A. em Tijucas, Yagani Palha-
res.-Sabemos que existem muitos interessados e a Usati é um deles. Mas,
até agora, não recebemos nenhuma informação sobre doação". Porém, du-
rante a conversa, Palhares confessou "não ser um dos primeiros a rece-
ber este tipo de informação". O prefeito da cidade, Lauro Vieira de ~~de~~
Brito -na época mais preocupado com a campanha eleitoral, desmedidamen-
te acirrada neste município governado pelo PMDB - não deu nenhuma aten-
ção a iniciativa do abaixo-assinado e, paternalista, admitia que já ti-
nha feito o possível pela questão: em 28 de maio de 1979 enviou ofício
ao então ministro da Agricultura, Delfin Netto, solicitando a doação da-
quela área para a transformação em Colégio Agrícola e Estação Experi-
mental de Mudas e Sementes. Não recebeu nenhuma resposta do gordo mi-
nistro. A mobilização pelo abaixo-assinado morreu na tentativa e o des-
tino dos 75 hectares continua ignorado.

~~MEMO~~
MEMO

que a área ainda não tenha se revertido em seu

favor, a Usati não tem muito que lamentar, pois o imóvel pretendido seria uma célula-anã a se somar ao corpo da Grande Serpente. Segundo o último cadastramento, publicado em 1979, a Usati teria, até a época, 14.270 hectares de terras. Para dar uma idéia da enormidade deste terrifóbio, usaremos os dados de produtividade rural e imaginaremos a ~~prax~~ portentosa colheita: 50 milhões e 950 mil quilos ~~da~~ arroz ou 18 milhões e 500 mil quilos de feijão ou ainda 312 milhões de quilos de mandioca.

Porém, este cadastro é bastante ~~des~~atualizado, pois não registra o enorme crescimento da empresa a partir de 1979, com a ~~xxxxxxxx~~ introdução da Cerâmica Porto Belo ou da recente penetração na fruticultura, o mais novo setor atacado pelo grupo -extraoficialmente fala-se em números que giram entre 7 e 10 mil hectares, terras adquiridas em Fraiburgo para o cultivo de maçãs. Outro dado que indica a defasagem na estatística refere-se ao alcance dos tentáculos da Usati. O cadastro de 1979 mostra a penetração em apenas 9 municípios da região, quando atualmente, sabe-se, a Usati possui terras em 14 municípios circunvizinhos. Mas quem é este grande polvo que, imponentemente e impunemente, concentra um dos maiores latifúndios de Santa Catarina?

O charme é ter "bons amigos"

Na década de 50, a região do Vale do Rio Tijucas era predominantemente dividida em pequenas e médias propriedades que mantinham

a tradicional estrutura camponesa, praticando uma agricultura de subsistência. Ali se plantava 80% da cesta básica de seus habitantes. Feijão, mandioca, milho arroz e outros produtos de consumo imediato eram as principais plantações. E cana-de-açúcar.

Uma plantação também tradicional da região, a cana era bastante cultivada e vendida entre os inúmeros alambiques, engenhos e usinas de açúcar da região. A Usati -Usina de Açúcar Tijuca - era apenas mais uma entre as demais. Com o governo de Juscelino Kubstchek e o surto desenvolvimentista, o panorama começou a mudar.

Os anos JK marcaram-se principalmente pelo avanço do capital estrangeiro sobre nossa economia e a "modernização" da ^{AGRICULTURA} ~~usina~~. A burguesia nacional, capitalizada por estes recursos externos, vê no campo uma seara fértil e praticamente virgem para seus objetivos capitalistas. A nível local, com o Capital visceralmente ligado ao esquema oligarquico de Poder, o processo de favorecimento é evidente.

A Usati inicia seu crescimento no início da década de 60. A primeira tática implantada pela empresa é a extinção das outras pequenas unidades beneficiadoras da cana. Seja pela via da simples absorção ou passando por inúmeras pressões, ela acabou por falir as concorrentes. Entre 1962 e 1965, no governo Celso Ramos, o processo se acentua. Seria mera coincidência o presidente do Grupo Usati e acionista maio-

ritário, Cesar B. Gomes (os outros principais acionistas são o irmão de Cesar, Paulo B. Gomes e Joaquim F. Ramos) ser genro do então governador de Santa Catarina ou o transparecer dos "~~dividendos~~^{DIVIDENDOS}" concentrados pelo triunvirato familiar Ramos-Konder-Bornhausen?

É desta época também o início do processo de concentração de terras por parte da empresa. Com o golpe de 64 o sistema tira todas as máscaras e o generawis que se apossam do Poder tornam-se os soldados do capital multinacional e nacional. Com a Política Agrícola completamente conduzida por estes interesses, o processo de proletarização e de miséria do camponês é inexorável.

No início de sua fase monopolizadora, quando apenas concentrava a produção ~~internamente~~, a Usati mantinha um sistema de troca de seu produto, o açúcar pelo do camponês, a cana. ^{Como} ~~Assim~~ assim, isto não deixava de ser uma estratégia da empresa para acabar com as outras pequenas usinas, pois ao favorecer o plantador, mantinha uma regra artificial nas transações. Com o passar dos anos e sua completa adequação ao modelo do "milagre econômico" (exportar é o que importa), a Usati deixa de transacionar internamente e a partir de então, nenhum grão de açúcar produzido pela empresa entra no doce do brasileiro.

Crescendo, crescendo, o processo de concentração de terras a-acelera-se violentamente nos meados da década de 70. O "milagre" já

está fazendo água e o arrocho se abate desmesuradamente sobre os trabalhadores das cidades e dos campos. Ilhado por pressões de toda ordem, o colono vê-se obrigado a negociar sua última mercadoria: a terra.

Desta forma, o levantamento feito pela CPT, tomando como referência apenas os anos compreendidos entre 1975 e 1979, dá uma clara idéia da ascensão concentracionista da Usati. Em 75, a empresa tinha (penetrando em menos de seis municípios) 4.036 hectares de terra. Em 1979, aumentando sua área em mais de 350%, ela detinha 14.270 hectares, num raio de nove municípios. Até 1976, a Usati não possuía nenhuma propriedade no município de Piçarras. Em 1979 a empresa concentrava 20% da área deste município ou 35% das áreas cadastradas de Piçarras. Em Navegantes ela detém 1.996, 2 hectares, 28% da área cadastrada do município. A Usati concentra terras e expulsa seus antigos proprietários: em 1968 a Associação dos Plantadores de Gana tinha mais de 5.000 plantadores ~~de~~ associados. Hoje tem menos de 400.

As facilidades para a Usati crescer desta maneira foram inúmeras. Suas ligações umbilicais com a oligarquia permite que, ao mesmo tempo que recebe os benefícios, beneficie a própria estrutura familiar de poder, fazendo com que todos se locupletem, as custas da miséria do agricultor.

Mas a realidade não se faz só com números contabilizáveis. Quanto mais fechado o poder, mais circulam histórias em seus bastidores.

Escudados pela falsa posição de que fatos são aqueles que podem ser imediatamente comprovados, tanto os donos do poder quanto os jornalistas comprometidos com eles evitam por no papel estas histórias, estopins seguros para se desvendar inúmeros escândalos. Trabalhar com estes dados, estes "boatos" não oficialmente comprováveis é tarefa para os esquemas de informação desatrelados da oligarquia.

Um desses "boatos" que circulou nos subterrâneos dos meios políticos catarinenses refere-se a sucessão do governador Antonio Carlos Konder Reis. Dentre a lista dos governáveis, da qual o general Figueiredo iria sacar um nome e impô-lo aos catarinenses, estava relacionado o ex-presidente da Usati, Cesar B. Gomes (excelentemente cotado). O vice-líder nas cotações seria Jorge Bornhausen que, mediante acertos futuros com Cesar Gomes, ~~xxxxxxx~~ torna-se-ia no preferido do general. Nunca se comprovará ou não a existência de tal barganha, mas alguns indicadores podem ser presenciados.

Sintomaticamente, a partir de 1979 com Jorge K. Bornhausen no governo, a Usati põe em execução um de seus mais arrojados empreendimentos: a Cerâmica Porto Belo, uma das maiores empresas latino-americanas do ramo. Totalmente financiada com recursos do Procape e do ERDE, a cerâmica foi erigida em Tijucas, com a prefeitura doando as obras de infraestrutura, água eternamente ~~xxxxxxx~~ grátis e isenção to

tal de impostos por dez anos. Hoje o prefeito Lauro Vieira de Brito arrepende-se e confessa que "não cairia tão inocentemente num conto destes."

O Grupo Usati continua a crescer, atuando nas áreas da agro-indústria de cana, cerâmica, ~~usina~~ construção civil e agora, na fruticultura. Como vimos, é essencial ter "bons amigos", mas a Usati não está sózinha.

Falando em números

Como a Usati, existem outras 26 empresas -madeireiras, re-florestadoras, celuloses -que exploram diretamente seus grandes latifúndios. Somando-se as áreas destas 27 propriedades (a Usati incluída) cadastrados na pesquisa de 1979 da CPT, teríamos 288.743,7 hectares de terra. Considerando-se 16 hectares o módulo rural suficiente para a subsistência de uma família média, conforme dados técnicos, daria para dividir toda esta área em mais de 18 mil minifúndios. Destas empresas, pelo menos quatro tem seu capital diretamente ligado a empresas estrangeiras: a Confloresta (que tem outra subsidiária ligada ao reflorestamento, a Conterras) com 91,4% de seu capital pertencendo a Embrasca, que por sua vez é controlada totalmente pela Mac Millan Bloedel (50,1%) e Brascan Ltda (49,9%), ambas do Canadá. Em 1981, aumentando mais de 120%, elas já concentravam 145.673 hectares, nos mu-

nicípios de Araquari, Barra Velha, Campo Alegre, S. Francisco do Sul, Corupá, Luis Alves, Ilhota, Guaramirim, Joinville, Garuva e outros.

A Olinkraft Celulose e Papel Ltda, com 99,6% de seu capital em mãos da empresa americana Olikraft Inc., tinha em Lages, ~~em~~ ~~1869,xxx~~ Alfredo Wagner e Ponte Alta até 1979, 36.404,4 hectares de nosso território. A Rigesa Celulose Papel e Embalagem Ltda, com 99,8% de seu capital pertencente a Westvaco Corporation (EUA), concentrava até o final da década de 70, mais de 34.734 hectares em S. Cecilia, Itaiópolis, Canoinhas, Mafra, Tres Barras, Porto União, Irenópolis, e Major Gercino. A Papel e Celulose Catarinense, com 19,18% de seu capital pertencente a Internacional Finance Corporation (EUA) e 9,5% com a Adela Investment Company (Luxemburgo) concentrava 36.540 hectares em Lages, Canoinhas, Curitiba, Ponte Alta, Santa Cecilia, Bom Retiro e Monte Castelo.

Falar que não existe propriedade concentrada em Santa Catarina é mentir ou desconhecer a realidade. Elas não só existem como vem crescendo a cada ano. Os dados são da própria administração estadual, publicados pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola, com base em cadastramento do INCRA. o "Quadro comparativo dos imóveis rurais por área ocupada em Santa Catarina 72/78", demonstra bem claramente a concentração de terras no Estado.

Em 1972 haviam 223.378 propriedades entre 0 e 50 ha,

~~Atividade~~ enquanto que no cadastro de 78 "desapareceram" 26.049 destas propriedades. Estas terras somadas, em 72 ocupavam uma área de 3.539.121,1 hectares, já em 78, haviam "perdido" 276.926,9 hectares desta área. Outra conclusão interessante, tirada a partir do quadro da CEPA, é a demonstração de que só os latifúndios vem crescendo em Santa Catarina. Todos os imóveis com área entre 0 e 100 hectares, que em 1972 ocupavam 58,09% da área cadastrada, em 1978 diminuíram para 55,2% do território mapeado. Os imóveis com área entre 100 e 500 ha. mantiveram uma relativa estabilidade nos dois anos de referência: 21,61% para 21,35%. Já as propriedades com áreas de 500 até mais de 5000 hectares cresceram seu território de influência em 3,13% (de 20,32 para 23,45%) e, a evidência que completa o indicador de concentração, estes imóveis entre 500 a mais de 5000 hectares, não aumentaram quase nada em frequência: em 1972 eles eram 0,58% dos imóveis cadastrados e em 1978, 0,9%. Isto é, os latifundiários continuam os mesmos. É neste aspecto que se pode fazer uma interpretação ufanista dos dados, espaço aberto para a falácia dos governantes.

A concentração de terras nas mesmas mãos tem resultado, obviamente, na diminuição do número total de imóveis. Em 1978 foram cadastrados pelo INCRA 28.166 propriedades a menos que em 1972. Assim, as pequenas propriedades tem aumentado seu percentual de participação em relação ao total de propriedades, enquanto diminuem em área ocupa-

da. Deste modo, as propriedades entre 10 e 100 hectares aumentaram de 63,03% em 72 para 65,69% de participação no total de imóveis cadastrados em 1978 enquanto, no mesmo período, perderam 1,92% de sua área. Os minifúndios, propriedades entre 0 e 10 hectares, foram os únicos que mantiveram a tendência de queda tanto nos percentuais de participação no total dos imóveis quanto na área ocupada. Em 1972 eles eram 32,84% do total de imóveis e ocupavam 5,13% da área cadastrada. Em 1978, os minifúndios, definitivamente condenados a extinção, diminuíram para 29,89% de participação e 4,18% de área ocupada.

A evolução da área média dos imóveis catarinenses, que passou de 31,9 hectares em 1972 para 34,7 hectares, num estado sem novas fronteiras agrícolas, é outro indicador da concentração de terras. Nota-se, por outro lado, que no aspecto da utilização dos ^(SOLO) dados os ~~dados~~ indicam uma diminuição de um censo para o outro. No início da década de 70, plantava-se em 3.5.218.534,2 hectares de terras catarinenses. Em 1978, o cadastro indica que 1.560.973,1 hectares de solo anteriormente aproveitados, foram deixados na ociosidade. Terras aduadas pela especulação imobiliária, campo que só produziu um exército de desempregados e subempregados, que se aglutinam em volta das grandes cidades. Por exemplo, o senhor ~~Verissimo~~ Verissimo Manoel Correia, um dos 155 "felizes" proprietários de áreas superiores a 2000 hectares,

um latifundiário gaúcho ^{POSSUIDOR DE} ~~que possuía~~ dois imóveis em Xanxerê, somando 19.521 hectares, que não tem sequer um metro de sua propriedade cultivado. Sem terras para trabalhar, 200 mil pessoas saem por ano do meio rural catarinense, segundo a CPT.

O fenômeno do exodo rural é visível em Santa Catarina. Em 1960, 67,6% dos catarinenses viviam no campo. Em 70 o percentual diminuiu para 57% e em 1980, apenas 40,3% dos barrigas-verde estavam no meio rural. Afinal, o que aconteceu com o camponês, que o obrigou a desfazer-se da terra e migrar para as cidades, para viver em pior situação que no campo?

O camponês, esse proletário disfarçado .

O surto modernizante dos anos JK se não penetrou diretamente no campo, criou as pré-condições -abertura ao capital estrangeiro, desenvolvimento e ampliação dos setores atingidos pela indústria, desaparecimento das produções artesanais propriedades do próprio agricultor, fomento da filosofia da sociedade de consumo - para que o capital, ainda bastante temeroso com as lutas populares pela Reforma Agrária dos anos pré-64, com o golpe militar viesse a ter o apoio decisivo no Estado para a exploração do campo.

É a partir destes anos que começa a se praticar a chamada "Extensão Rural", modelo ~~importado~~ importado dos Estados Unidos, que serviu na abertura do mercado do campo para a decisiva penetração do capital. Essencialmente assistencialista, a Extensão Rural adequou o colono aos "métodos modernos" (fertilizantes, venenos, máquinas agrícolas, culturas de exportação), realizando o trabalho de base para a época do "milagre econômico".

O trabalho camponês é subordinado ao capital no momento que o agricultor é mediado pelo industrial, pela instituição bancária, pelo comerciante, quando é colocado em contato com as classes dominantes que representam. O capital possibilita o processo de trabalho camponês. Oferece-lhe dinheiro, financia meios de produção através de empréstimos bancários e imprime a terra um valor, transformando-a em mercadoria. Porém, ao mesmo tempo em que o capital possibilita o pro

cesso, expolia o camponês duplamente: na venda de seus produtos, por que a jornada estendida cria um sobre-trabalho e confere ao produto agrícola um valor extraordinário, não pago e quando o camponês compra os produtos industrializados, cujos preços não tem equivalência ao produto agrícola vendido ao capital.

O agricultor, cada vez mais envolvido com gastos extraordinários, vê-se incapaz de superar o orçamento deficitário, e acaba vendendo sua última mercadoria: a terra. O professor Agenor Mario Cattoni, na dissertação "Expoliados na terra", estudo que fez no município de Rio dos Cedros para obtenção do mestrado em Ciências Sociais na PUC-SP, analisa assim o movimento de êxodo: "O projeto camponês volta-se para a justificada fuga do campo, buscando as condições dos assalariados subordinados de modo real ao capital, para a produção e reprodução deste. O campo torna-se assim a seara mais fecunda, pela produção de alimentação barata e mão de obra para a prestação de serviços e trabalho nas indústrias dos pequenos e próximos centros urbanos. Surge a relação de interdependência cidade-campo. (...) O camponês mutilado, se propõe a vender a terra ao mesmo capital comercial e industrial que criou as condições para a decomposição da economia camponesa e de desagregação da família nuclear. Assim, o capital fecha o círculo de exploração adquirindo a terra dos colonos ~~a~~ a

a baixos preços e utilizando a mão de obra expulsa das mesmas terras para se reproduzir pela reprodução da mais valia-relativa".

Por outro lado, vamos ver que não é necessariamente preciso o colono desfazer-se da terra para estar subordinado de modo real ao capital.

Os "entregados"

Contrariamente ao que Marx previra, não foi necessário ao capital destruir a pequena ~~pequena~~ produção camponesa para que a submetesse e dela tirasse proveito. O capital monopolista "re-inventou" a pequena produção, mantendo-a e subjulgando-a. Através da "produção integrada", fórmula aplicada pelas agroindústrias alimentares (aves, suínos, fumo, frutas, cana), o capital articulou uma outra forma de penetração no campo, controlando a produção montante e a jusante, onerando-se dos riscos.

O modelo de "produção integrada" foi desenvolvido na Europa e entrou no Brasil através de empresas daquele continente ligadas à produção leiteira, ~~(que se instalaram no país)~~ A Sadia se encarregou de aperfeiçoá-la, sendo logo seguida por outras empresas do Oeste catarinense, O agônomo Dinarte Belato, da FIDENE (Ijuí- RS), considera "a produção integrada ou sistema integrado provavelmente a forma mais desenvolvida de subordinação da pequena produção ao ca-

pital industrial e financeiro, fortemente respaldada pela ação do Estado mediante a política alimentar e política agro-pecuária. Tal penetração, muito embora não proletarize o produtor direto, submete-o a lógica de capital de forma cabal e completa, inaugurando outras modalidades de exploração pelo capital, desta vez na produção agrícola, mediante a sistemática extorsão dos excedentes deste segmento de produtores camponeses".

O "integrado" mantém uma relação exclusiva com determinada agro-indústria, que lhe fornece e financia os meios de produção, comprando o produto. Por exemplo, os "integrados" do fumo recebem as sementes, adubos, venenos e a estufa para secagem, financiados por uma das multinacionais do tabaco, que compra sua produção mediante classificação das folhas, com os critérios definidos pela empresa a cada ano. Nas agroindústrias de carne, o processo é semelhante: a empresa financia instalações (rigorosamente dentro das especificações técnicas), fornece os animais recém-nascidos e é compradora exclusiva das peças em época de corte. O padre Ivo Ore, coordenador estadual da CPT e vigário de Chapecó, explica como o processo se dá nas indústrias de aves: "A empresa entrega para seus integrados pintos com poucos dias de vida e os readquire aos 70 dias de engorda. O sistema de pagamento é baseado num dado chamado conversão, uma manobra de índices a partir do peso do frango e a ração consumida (for-

necida pela empresa) durante o confinamento. Um aviário, por mais bem que vá, pode dar um milhão e pouco num ano. E estas instalações hoje (novembro de 82) custam 5 milhões de cruzeiros, com juros de 45% ao ano. Quer dizer, não paga nem os juros. O integrado não passa de uma mão de obra ^{DISPONÍVEL E BARATA. ELES MESMO SE} ~~disponível e barata~~ consideram "entregados"

Além da expoliação direta, o capital obtém duas vantagens "gerais" com o sistema integrado: no plano econômico, pois as empresas descarregam seus custos, principalmente fundiários e de capital constante, sobre os colonos, evitando riscos. No plano ideológico e político, a manutenção deste proprietário "formal", a aparente propriedade sobre os meios de produção só favorece a separação entre o campesinato trabalhador e o operariado.

A rápida e massificante penetração do capital no campo não ofereceu muitas alternativas aos colonos. No entanto, os trabalhadores do campo lutam por seus direitos e acirram a contradição pela propriedade do solo.

Mortes e muita luta pelas terras catarinenses.

- Me desculpa moço, mas dá pra dizer se falta muito para chegar a esta cidade?

Estava embarcando num coletivo em Chapecó com destino a Florianópolis e a pergunta daquela mulher de pele bem escura e cabelos pretos e escorridos ("bugre", como chamam no Oeste) foi meu contato direto com a dura realidade dos sem-terra. Dona Maria (ia saber seu nome depois), levando uma criança no colo, com outras duas agarradas a sua saia, mostrava-me uma carta remetida de Balneário Camboriu, enquanto explicava: "É do meu marido. Fazia cinco meses que ele saiu do rancho e ~~saiu~~ ^{foi} atrás de emprego nas cidades. Semana passada recebi uma carta dele, dizendo que tinha arrajando emprego. Tem trabalho até pra mim, ele disse. Então, tá indo prá lá".

A história de Maria Ferreira e seu marido Pedro, é semelhante a de milhares de camponeses que itineram pelo estado. Trabalhando sempre em propriedades de outros, o casal veio de Erechim, no Rio Grande do Sul, e circulou por vários municípios do Oeste de Santa Catarina: Maravilha, Chapecó, Quilombo. Não aguentando mais sua eterna situação de meeiro, arrendatário ou agregado, seu Pedro resolveu buscar melhor sorte na "cidade". Em Balneário Camboriu conseguiu emprego na construção civil. Depois de mais de dez horas de cansativa viagem, entremeada pelo choro intermitente de seus três filhos, vi-

ivelmente subnutridos e doentios, dona Maria reencontra seu marido.

A situação em que vivia a família Ferreira, alijada da propriedade do solo, é igual a de 140.009 dos 858.734 colonos, que segundo a Fetaesc, trabalhavam nas terras de Santa Catarina em 1980. Vagando pelo estado, este contingente e suas famílias são os miseráveis do campo. Mesmo assim, apesar da desigual correção de forças, parte deste povo luta pelo seu direito ao solo. Segundo a Fetaesc, existem 13.638 posseiros em S.C., que se mantêm nas propriedades em que trabalham.

Esta decisão de se manter no solo nem sempre é pacífica, existindo vários conflitos abertos pela posse da terra, mapeados em todas as regiões do estado.

OESTE:

-São Miguel do Oeste. Grileiros invadem a propriedade de Alberico Azevedo (1553,1 hectares) com a intenção de se apoderarem das terras e posteriormente cobrarem pelos títulos das propriedades. A família Azevedo pediu a intervenção da Polícia Militar, que evacuou a área e destruiu todos os pertences de 12 famílias camponesas que cultivavam o latifúndio ocioso. Agora estas famílias devem estar vagando pelo estado.

-Campo Erê. 41 famílias ocupam parte da extensa propriedade de Etelvino Damo. A Justiça deu ganho de causa a família, que não admite pos

seiros. A ordem de despejo ainda não foi cumprida mas o conflito é iminente.

-Pinhalzinho. 130 famílias que ocupavam parte da propriedade do latifundiário José Bulegon foram expulsas em 1977, após longa tramitação na Justiça, aonde o imóvel estava em questão. Não se sabe o destino das famílias expulsas.

-Xanxerê. O conflito que se arrastou por mais de 40 anos acabou em 1978, com a expulsão de 164 famílias que ocupavam áreas de reserva indígena. Vinte e quatro destas famílias foram reassentadas no Mato Grosso e dessas, 13 já voltaram. Arrependidas ~~as~~

-Matos Costa. A Madecol, uma grande madeireira de Caçador, tentou expulsar 50 pessoas, todas da família Colaço, que constituíram uma vila na localidade de Fazenda Cerro Azul. Os colonos ^{HABITAM} 2.876 hectares que pertenciam a uma multinacional canadense falida, terras com riquíssimas reservas de madeira. A Madecol juntou documentos habilitando-se a explorar as reservas florestais. Isto não convenceu ao INCRA, que autorizou a família Colaço a legitimar a posse da terra. A ação de usucapião dos Colaço continua na Justiça, em Porto União. A situação na região continua tensa e deste conflito resultou a morte do colono Licínio de Jesus, emboscado por jagunços na Fazenda Cerro Azul.

-Margens da SC 468 (Chapecó-S. Lourenço). Conflitos com o Estado por

questões de desapropriação na época da construção da rodovia.

-Margens da SC 473 (Guaraciaba-Campo Erê) Também conflito com o Estado pelas baixas indenizações das desapropriações, quando da abertura da estrada.

-Margens BR 163 (Dionísio Cerqueira-S. Miguel do Oeste). Mesma questão de desapropriações que geraram insatisfação.

NORTE:

-Tres Barras e Papanduvás. Quando o presidente Juscelino Kubstchek assinou em 1956 o decreto criando o Campo de Instrução Marechal Hermes, da 5ª Região Militar, criou também um grande conflito, envolvendo 70 famílias de agricultores. A área, de 7.614 hectares abrangendo os municípios de Tres Barras e Papanduvás, foi transformado em campo de manobras militares e os colonos tiveram que abandoná-la definitivamente em 1962. Os agricultores desde a época tem lutado pela reitengração das terras, mas somente agora o Exército pareceu disposto a negociações. Empresas agro-industriais, com a Perdigão, também estão "de olho" nesta terras, riquíssimas em erva-mate e madeira.

-Papanduvás. Neste município, outra área de permanente conflito. 55 famílias ocupam há mais de 30 anos terras da família Ruppel. Até o momento a situação da região está pacífica e o litígio vem sendo discutido na Justiça.

-Monte Castelo. É numa localidade deste município - Fazenda Fuck-

que se encontra o conflito mais agudo de Santa Catarina. Mais de 100 famílias de posseiros ocupam grande parte de uma área de 4.234 hectares, riquíssimas em inbuia e pinheiros. A Empresa Industrial e Comercial Fuck S.A., uma grande madeireira de Canoinhas reivindica para si a área e apresenta os documentos legais que lhe dão esse direito. Os colonos não arredam pé das terras e o 5º Regimento de Carros de Combate, unidade do Exército sediada em Rio Negro (Paraná) teve que intervir várias vezes. No dia 14 de agosto de 1982, o posseiro Donato Simão, 61 anos, foi encontrado morto a facadas, em seu casebre na Residência Fuck. A Fetaesc considera que muitas outras mortes ocorrerão nesta área de conflito, se a questão não for brevemente resolvida.

-Garuva. 170 famílias residentes na localidade de Itapema Norte estão sendo griladas por uma imobiliária de Curitiba. São pescadores que há anos vivem no local onde a empresa quer construir um complexo turístico. A imobiliária tem tentado desalojar os nativos, usando a força de pistoleiros. O caso foi levado a Justiça.

VALE DO ITAJAÍ:

-Ibirama (distrito de José Boiteux). Firmas madeireiras disputam uma reserva florestal riquíssima, num total de 8.400 hectares, que pertenciam a José Simões, falecido em 1920. Seus herdeiros transferiram os

direitos a terceiros, sem títulos legais. Agora, brigam na Justiça, por um lado herdeiros e sucessores de José Simões e de outro a Indústria e Comércio ~~Semara~~ Semara e os senhores João Otto Idra e Manoel Marquetti. Na área disputada por estas empresas e pessoas, residem 30 famílias de posseiros que correm o risco de serem despejadas. -Ibirama (Varaneira). Mais de 500 agricultores desta localidade estão ameaçados de despejo, no mais recente conflito aberto pela posse da terra em nosso estado. Os agricultores estão lutando judicialmente pela posse de 3.700 hectares, contra os herdeiros de Manoel Simões da Luz, que nunca estiveram no local. A disputa por esta área apenas começou e, até o momento, permanece calma a situação.

GRANDE FLORIANÓPOLIS:

-Águas Mornas. Cerca de 3 mil dos 4.673 habitantes deste município ocupam terras sem definição de propriedade. A situação de insegurança já perdura há 143 anos, com o aforamento de Caldas do Cubatão, onde hoje está Águas Mornas. Na República, as áreas aforadas foram transferidas para a responsabilidade dos estados, que cobravam uma taxa ~~anual~~ Anual dos ocupantes. A partir de 1978, 492 propriedades passaram a ser demarcadas para que os foros passem ao pleno domínio de seus ocupantes, conforme determina a Constituição Brasileira. O governo do ~~estado~~ estado está promovendo a legalização destas propriedades, mas qual-

quer decisão que desagrade os colonos pode gerar enormes tensões.

-Major Gercino. No interior deste município, 120 famílias trabalham e residem há cerca de 40 anos em 200 lotes cujo proprietário, Alfredo Maia, faleceu no Rio de Janeiro em 1981. Os posseiros, que já foram desalojados no passado pela polícia e retornaram a área, temem que agora, com a morte do proprietário, seus herdeiros usem novamente a força para expulsá-los das terras.

SUL:

-Lauro Muller, Orleães e Urussanga. 302 famílias habitam uma das áreas mais explosivas, que abrange estes tres municipios do sul do estado. Devido a constantes atritos entre posseiros e a empresa Noralage S.A., que se diz proprietária do imóvel e está interessada em vendê-lo, a Justiça resolveu sequestrar toda a área. Depois do sequestro judicial, ocorrido em 1979, não foi realizada mais nenhuma audiência entre as partes. Toda a área é muito rica em pinheiros e a situação continua completamente indefinida.

RELATÓRIO

- Final do primeiro semestre de 82: apresentação do projeto que objetivava reportar a evolução da situação fundiária em Santa Catarina.
- Início do segundo semestre de 82: reunião ~~entre~~ com professor orientador para determinação do método de abordagem (gancho), de maneira que o resultado do projeto não extrapolasse sua própria abrangência. Resolvemos então, orientador-orientado, partir do específico para a revelação do geral.
- Entre agosto e novembro de 1982: inúmeras reuniões entre orientando, orientador, dois agrônomos (funcionários da Acaresc e da Cepa) e ~~Francisco~~ Francisco Verissimo (Chiquinho) da CPT, para interação sobre o objeto da reportagem, informações e coletas de dados.
- 28 de agosto de 1982. Participação em reunião de dirigentes sindicais ~~em~~ e lideranças camponesas da Grande Florianópolis, em Canelinha, encontro promovido pela CPT. O orientando participou apenas com o intuito de conhecer mais de perto a realidade dos municípios atingidos pela Usati, agro-indústria que seria o gancho da matéria.
- 7 de outubro de 1982. A universidade libera uma verba para viagens que a seguir é cancelada. O orientando vê-se em terríveis dificuldades financeiras e o projeto continua a ser financiado do seu bolso,

com execução de duas passagens terrestres a Chapecó, fornecidas pela UFSC.

-8 de outubro de 1982. Viagem a Chapecó, com o objetivo de entrevistar Ivo Oro, coordenador estadual da CPT e D. José Gomes, bispo daquela diocese e profundo conhecedor da realidade do campo. Entrevista com os dois religiosos nos dias 29 e 30.

- Primeira semana de novembro de 1982. Viagens a Tijucas para levantar mais informações em torno da Usati.

- 14 de novembro de 1982. publicação no Jornal de Santa Catarina da entrevista com D. José Gomes (anexa), resultado da viagem a Chapecó.

- Meados de novembro até dezembro de 82, greve dos professores que prejudicou sensivelmente os contatos orientando-orientador.

- 21 de janeiro de 1983- exposição em seminário da grande reportagem.

- Até 30 de janeiro de 1983. Final e definitiva codificação de dados, colhidos em diversas fontes (CPT, CEPA, Açaresco, ^{FETAESC} teses acadêmicas, entrevistas, recortes de jornais, etc) para a redação final da matéria, quando conclui que, apesar de não ter esgotado o assunto (o que seria um longo trabalho de dedicação exclusiva e bastante recursos financeiros), atingi plenamente os objetivos propostos no projeto, apresentando uma idéia da situação fundiária em Santa Catarina.

OBS: aos professores avaliadores.

Apesar deste relatório não ser apresentado segundo o roteiro
sugestão (e nem havia determinação obrigatória para isso), toda
a exposição solicitada está compreendida aqui.

valmeron

Flô, janeiro de 83.